



DESAFIOS E CAMINHOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA PNEERQ: PROGRAMA AFROEXT

Norma Diana Hamilton – UnB

Renata Callaça Gadioli – UnB

Grupo de Trabalho: GT 6 – Educação em e para os Direitos Humanos

RESUMO:

A Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais, Educação Escolar Quilombola (PNEERQ) visa implementar ações e programas educacionais voltados à superação das desigualdades étnico-raciais e do racismo nos ambientes de ensino, bem como à promoção da política educacional para a população quilombola. A Equipe Extensionista Luiza Bairros (GT), criada a partir do Programa AfroExt lançado em 2025 pela SECADI/MEC em parceria com a UFSB, atua em escolas do Centro-Oeste, no levantamento de diagnósticos e realização de cursos para gestores(as), voltados à PNEERQ, com ênfase em questões de gestão e planejamento. A educação é um direito humano fundamental, “uma base para se construir a paz e fazer florescer o desenvolvimento sustentável” (2020, p. 02). Uma gestão escolar democrática deve levar em consideração não somente a legislação educacional, a organização e gestão do trabalho dos profissionais, as políticas de financiamento, de avaliação, o currículo ou o estágio, mas também os direitos humanos, diversidade étnico-racial (BRASIL/MEC, 2024). Este trabalho tem finalidade de apresentar e discutir os diagnósticos levantados pela Equipe Luiza Bairros referentes à implementação da PNEERQ nas escolas, as quais serão tratadas anonimamente. Os diagnósticos das escolas visitadas mostram que ainda há muitos desafios para a gestão escolar no que concerne a implementação plena da política. Portanto, o diálogo sobre essa questão é importante para o encontro de soluções eficazes.

Palavras-chave: Educação Básica, PNEERQ, Gestão, Planejamento, Gestores(as).

1. INTRODUÇÃO

A implementação da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ), instituída pelo Governo Federal em 2024, representa um marco no enfrentamento das desigualdades étnico-raciais no sistema educacional brasileiro. Por ser uma política recente, a PNEERQ ainda enfrenta o desafio de consolidar suas



diretrizes nos diferentes níveis e contextos educacionais do país. Houve a criação da Equipe Extensionista Luiza Bairros, vinculada ao Programa AfroExt, lançado em 2025 pela SECADI/MEC, em parceria com a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Essa equipe tem desenvolvido ações no Centro-Oeste brasileiro, especialmente voltadas à realização de cursos para gestores, assim como a realização de diagnósticos sobre a implementação da PNEERQ em escolas públicas, por meio de entrevistas com gestores e gestoras escolares.

Este trabalho tem como objetivo principal apresentar e discutir os diagnósticos levantados sobre as escolas, com ênfase na atuação de gestores na implementação da PNEERQ nas escolas. Para isso, foram realizadas entrevistas com doze gestores(as) escolares, os(as) quais serão tratados(as) de forma anônima, em respeito aos princípios éticos da pesquisa. A justificativa deste trabalho reside na urgência de compreender os entraves e potencialidades da gestão escolar diante da implementação de políticas de equidade racial.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Bobbio (1992, p.76), afirmava que os direitos sociais estavam intimamente ligados à transformação da sociedade e que, “certas transformações sociais e inovações técnicas fazem surgir novas exigências.” Quando olhamos para a incorporação da educação como um direito, vemos que sua entrada na postura política de governos e aceitação social como tal demorou um pouco mais que outros direitos sociais como: liberdade, propriedade privada, vida ou segurança. Horta (1988, p. 06) explicita que a situação foi até pior. A aceitação da educação como um direito humano sofreu um “lento, ambíguo e contraditório” processo de aceitação.

O Brasil passou a definir a educação como um “direito público subjetivo” na Constituição da República Federativa do Brasil - CF de 1988. A CF foi complementada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/1996), que disciplina a educação escolar, define as responsabilidades do Estado e da família na garantia do direito à educação. Em 1996, a LDB definia a obrigatoriedade da oferta da educação somente ao ensino fundamental.



Atualmente, o Estado é responsável pela oferta de toda a educação básica, que atende obrigatório 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade.

Apesar do avanço jurídico e institucional em torno da igualdade racial e do acesso à educação, o campo educacional continua a operar sob os pressupostos da modernidade eurocentrada, que impõe hierarquias de saber, de ser e de poder. Tal constatação se alinha ao projeto decolonial formulado a partir dos anos 1990 por intelectuais caribenhos, latino-americanos e afrodescendentes — entre os quais Ochy Curiel, Aníbal Quijano, Sylvia Wynter e Lélia Gonzalez — que denunciam a persistência das estruturas coloniais na contemporaneidade.

A implementação da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ), instituída pelo Governo Federal em 2024, representa um marco no enfrentamento das desigualdades étnico-raciais no sistema educacional brasileiro. Trata-se de uma iniciativa voltada à consolidação de ações e programas que promovam a equidade racial, a valorização da diversidade e o combate ao racismo nos ambientes escolares, com especial atenção às demandas históricas e socioculturais das comunidades quilombolas. Essa política surge em um contexto de retomada e fortalecimento das políticas públicas voltadas à inclusão e à justiça social.

3. METODOLOGIA

Neste momento, a Equipe Extensionista Luiza Bairros está com 4 meses de realização do projeto. A equipe conseguiu realizar entrevistas com 12 gestores de escolas da região Centro-Oeste. De doze gestores entrevistados, quatro são do DF, três da Cidade Ocidental, um de Goiânia, dois de Várzea Grande e dois de Campo Grande. De 22 perguntas da entrevista, 4 tiveram finalidade de coletar informações básicas, identificação da escola, do gestor, etc. dados que não são compartilhados neste trabalho. Dezoito questões buscaram o levantamento de dados referentes ao planejamento e gestão escolar quanto à efetivação da PNEERQ. A seguir, apresenta-se os resultados da entrevista e discussão sobre.



4. RESULTADOS/DISCUSSÃO

Doze gestores de escolas urbanas no Centro-Oeste de níveis fundamental e ensino médio foram entrevistados. Na temática planejamento de implementação da EREER e da EEQ, quatro gestores responderam que nunca fizeram formação em educação EREER; nove disseram que o Projeto Político Pedagógico da escola não foi atualizado integralmente; cinco relataram que ações de EREER e de EEQ não são realizadas nas escolas.

Quando perguntados sobre os desafios para a implementação da PNEERQ em sua unidade escolar, cinco mencionaram a resistência dos profissionais, três destacaram a falta de formação dos professores, três reclamaram da agenda extensa referente às diretrizes educacionais e a falta de tempo para realizar as demandas da PNEERQ, e apenas um disse que não há desafios, embora tenha colocado o problema da rotatividade de servidores.

Solicitados a avaliarem - em uma escala de 1 a 5 - o nível de envolvimento da sua equipe na implementação da EREER e EEQ, quatro gestores deram nota 5, dois deram nota 4, três deram nota 3, dois deram nota 2, e apenas um gestor deu nota 1. Perguntados se a escola mantém relações contínuas com instituições externas para a implementação do Art. 26-A da LDB, quatro gestores disseram que não, enquanto oito afirmaram que sim. Solicitados a avaliarem também - em uma escala de 1 a 5 - o nível de conhecimento dos servidores de sua escola sobre PNEERQ, EREER e EEQ, nenhum gestor deu nota 5, três deram nota 4, quatro deram nota 3, quatro deram nota 2, e apenas um gestor deu nota 1.

Os dados levantados junto aos doze gestores das escolas evidenciam que a efetivação da PNEERQ se encontra em estágio incipiente e heterogêneo. As respostas revelam tanto fragilidades institucionais quanto resistências culturais e pedagógicas que limitam a implementação das diretrizes da EREER e da EEQ nas unidades escolares.

A ausência de formação específica relatada por quatro gestores e a constatação de que nove escolas não atualizaram integralmente o PPP indicam um distanciamento entre as normativas da PNEERQ e as práticas de gestão



escolar. A falta dessa atualização revela uma lacuna na institucionalização da política e fragiliza a sustentabilidade das ações voltadas à equidade racial no espaço escolar.

Adicionalmente, o relato de cinco gestores de que as ações de EREER não são realizadas nas escolas demonstra a distância entre o discurso normativo e a prática cotidiana. Essa ausência reflete a dificuldade em transformar a temática étnico-racial em eixo estruturante do currículo, reduzindo-a muitas vezes a ações pontuais, comemorativas ou vinculadas a datas específicas, o que compromete a efetividade da PNEERQ enquanto política de Estado. Os principais desafios apontados — resistência dos profissionais (cinco respostas) e falta de formação docente (três respostas) — reforçam a dimensão subjetiva e estrutural do racismo institucional. A resistência sugere que parte dos educadores ainda percebe a EREER e a EEQ como uma temática “acessória” ou ideologicamente marcada, e não como componente essencial da formação humana e cidadã.

Por fim, a avaliação do nível de conhecimento dos servidores sobre a PNEERQ, a EREER e a EEQ — concentrada nas notas 2, 3 e 4 — reforça a percepção de que há um déficit formativo importante. Nenhum gestor atribuiu nota máxima (5), o que revela que a compreensão dos fundamentos teórico-metodológicos da política ainda é parcial e insuficiente para garantir sua efetiva operacionalização.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados desta pesquisa revelam que a implementação da PNEERQ enfrenta desafios de ordem estrutural, formativa e cultural. A resistência de parte do corpo docente, a falta de formação continuada, a ausência de revisão dos PPPs e a fragmentação das ações dificultam a consolidação de uma educação antirracista comprometida com a equidade e a valorização das identidades negras e quilombolas. Tais resultados reforçam a necessidade de políticas públicas de formação docente continuada, de monitoramento sistemático da execução da PNEERQ e de incentivo à articulação entre escolas, universidades e movimentos sociais negros e quilombolas, de modo a fortalecer o caráter



transversal e transformador da educação das relações étnico-raciais no Brasil contemporâneo.

REFERÊNCIAS

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas desde o feminismo decolonial. In: DE MELO, Paula Balduino de Melo [et al.] (Orgs). **Descolonizar o feminismo** – Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2019.

HORTA, J. S. B. Direito à educação e obrigatoriedade escolar. **Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas)**. São Paulo, n.104, p. 5-34, 1998.
Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/713/729>

QUIJANO, Anibal. Coloniality of power and Eurocentrism in Latin America. **International Sociology**, v. 15, n. 2, p. 215-232, 2000.